

Neoliberalismo e austeridade: investigando padrões de “Reações de Mercado” com relação ao trâmite da EC 95/2016

Neoliberalism and austerity: researching standards of “Market Reactions” regarding EC 95/2016 procedure

Rafaela Rovani de Linhares¹
Tássia A. Gervasoni²

RESUMO: Partindo de uma perspectiva crítica acerca da influência do neoliberalismo na determinação de políticas de austeridade no Brasil, o trabalho pretende

-
- 1 Mestre em Direito pela Atitus Educação, com bolsa PROSUP/CAPES. Integrante do grupo de estudos e pesquisas em Direitos Fundamentais, Democracia e Desigualdade, vinculado ao CNPq. Pesquisadora do Observatório Brasileiro de Recuperação Extrajudicial. Graduada em Direito pela Atitus Educação. Advogada na Biolchi Empresarial. E-mail: rafaelarovani@hotmail.com; rovanirafaela@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4331-8062>.
 - 2 Doutora em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com período sanduíche na Universidad de Sevilla (Espanha). Mestre e Graduada em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Professora de Direito Constitucional na Atitus Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado em Direito na Atitus Educação. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direitos Fundamentais, Democracia e Desigualdade, vinculado ao CNPq. E-mail: tassia.gervasoni@atitus.edu.br; tassia.gervasoni@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8774-5421>.

responder ao problema de pesquisa: em um cenário demarcado por políticas neoliberais em que a austeridade é posta como alternativa às crises econômicas que acometem o Estado Social, quais indicativos e conclusões podem ser obtidos a partir da análise das reações de mercado relacionadas ao trâmite da PEC do teto dos gastos no Brasil? O objetivo é identificar possíveis padrões quanto às reações de mercado relativas ao trâmite da PEC do teto dos gastos no Brasil. O trabalho é desenvolvido pelo método de abordagem dedutivo. Ao final, a hipótese de pesquisa foi corroborada, na medida em que paralelamente às crises do Estado Social, agravadas pelas interferências neoliberais, abre-se espaço para o impulsionamento da austeridade, como forma de restringir as prestações em direitos sociais e beneficiar os interesses privados. Especificamente no Brasil, foi possível verificar a forma como os interesses do mercado repercutiram o processo legislativo de aprovação da Emenda Constitucional n. 95/2016, refletindo a tendência global de impulsionamento da austeridade, como a única saída para retomar o crescimento econômico.

PALAVRAS-CHAVE: Estado Social; Neoliberalismo; Austeridade; Teto de gastos; EC n. 95/2016.

ABSTRACT: From a critical perspective about the influence of neoliberalism in the determination of austerity policies in Brazil, the paper aims to answer the research problem: in an environment built around neoliberal policies in which austerity is posed as an alternative to the economic crises affecting the Welfare State, what indications and conclusions can be obtained from the analysis of market reactions related to the passage of the PEC of the spending ceiling in Brazil? The objective is to identify possible standards in terms of market reactions regarding the processing

of the PEC of the spending ceiling in Brazil. The work is developed by the deductive approach method. In the end, the research hypothesis was corroborated, to the extent that in parallel to the crises of the welfare state, aggravated by neoliberal interference, there is room to boost austerity as a way to restrict the provision of social rights and benefit private interests. Specifically in Brazil, it was possible to verify how the interests of the market had an impact on the legislative process of approval of Constitutional Amendment n. 95/2016, reflecting the global trend of boosting austerity, as the only way out back to economic growth.

KEYWORDS: Welfare State; Neoliberalism; Austerity; Spending ceiling; EC n. 95/2016.

1 Introdução

Diante de contextos de crises, é comum que discursos propositivos de supressão de direitos sociais ganhem relevância, a serviço de um bloqueio neoliberal que coloca a austeridade em primeiro lugar nas pautas políticas dos países. Sob tais circunstâncias, o desmonte neoliberal ao Estado Social carrega uma propaganda a favor da austeridade fiscal, como a única medida capaz de retomar o crescimento econômico. Nesse sentido, importante investigar de que forma os interesses neoliberais repercutem no cenário brasileiro em que, especialmente nos últimos anos, o equilíbrio de contas e as restrições de gastos públicos têm sido recorrentes.

Como tendência de um quadro de intensificação das forças neoliberais no âmbito institucional do Estado, uma das políticas aprovadas no Brasil foi a Emenda Constitucional n. 95/2016, responsável pela imposição de um teto de gastos públicos no país e por, de certo modo, demarcar o ponto culminante dessa trajetória de austeridade. Preocupada com

a repercussão dessa medida em relação a um quadro de enxugamento de direitos, a pesquisa pretende investigar os contornos neoliberais por detrás de sua aprovação, por meio de uma análise detalhada acerca dos interesses financeiros e do mercado durante seu trâmite no Congresso Nacional.

Destaca-se que o intuito não é analisar as posições político-partidárias dos parlamentares, tampouco a assimilação de eventuais pressões externas a impactarem nas deliberações dos congressistas. Busca-se, de fato, analisar o cenário externo ao debate político para identificar possíveis padrões de reação quanto ao que normalmente poderia ser considerado uma oscilação espontânea do mercado.

Tendo em conta desses aspectos, delimita-se o problema do presente estudo: em um cenário demarcado por políticas neoliberais em que a austeridade é posta como alternativa às crises econômicas que acometem o Estado Social, quais indicativos e conclusões podem ser obtidos a partir da análise das reações de mercado relacionadas ao trâmite da PEC do teto dos gastos no Brasil? Diante disso, propõe-se como objetivo geral desta pesquisa identificar possíveis padrões quanto às reações de mercado relativas ao trâmite da PEC do teto dos gastos no Brasil.

Como forma de responder ao problema proposto pela pesquisa, os objetivos específicos serão contemplados ao longo de dois capítulos. No primeiro capítulo do trabalho, o estudo pretende contextualizar a forma como o neoliberalismo repercute sobre os interesses do Estado por meio da relação que se estabelece entre dívida pública, austeridade e o desmantelamento dos direitos sociais. No segundo ponto, será realizada uma análise da tramitação da Emenda Constitucional n. 95 no intuito de verificar a forma como os interesses econômicos e do mercado financeiro repercutem nesse cenário pela variação dos índices econômicos.

Imprescindível, por fim, que seja ressalvada a complexidade de se associarem esses dados à implementação de políticas de austeridade com exatidão, por isso o tema se torna tão instigante. Com efeito, é difícil estabelecer em que medida os poderes privados podem ser considerados responsáveis ou determinantes em decisões específicas no Congresso Nacional e, embora se tenha clareza quanto à força de instituições econômicas no cenário brasileiro, nem sempre é possível correlacionar, diretamente, sua influência na determinação das políticas de austeridade no Brasil. Tal dificuldade, porém, não invalida os dados e conclusões da pesquisa, conforme restará demonstrado. Mesmo porque o objetivo da pesquisa concerne à identificação de padrões quanto a essas reações.

Quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa será desenvolvida por meio do método de abordagem dedutivo, já que o raciocínio proposto parte de premissas gerais e, em seguida, insere-as em perspectivas concretas, pela análise da tramitação de uma medida de austeridade no contexto brasileiro. Como métodos de procedimento, serão adotados o método monográfico, pelo recorte de tema rigorosamente delimitado desde o início, observando todos os fatores e aspectos que o influenciaram, bem como o método histórico. Por fim, a técnica de pesquisa será a documentação indireta, por meio da pesquisa bibliográfica.

2 Neoliberalismo e austeridade

Há uma série de questões que se colocam quando se estuda o plano efetivo em que a austeridade tem sido posta e impulsionada no cenário brasileiro. De todo modo, não são necessários grandes aprofundamentos para se perceber que as medidas que visam cortar gastos públicos, traduzidas

nas políticas de austeridade fiscal, são frequentes no debate político do país. De fato, vive-se no Brasil um descompromisso com as realidades sociais no qual os direitos dos trabalhadores foram deixados de lado, as questões ambientais esquecidas, o direito à educação praticamente sucateado, dentre outros problemas que, acompanhados de uma fórmula preocupada com um viés puramente econômico, fazem parte de um contexto de austeridade.

Na verdade, pode-se afirmar que uma agenda estreitamente ligada ao equilíbrio de contas foi inaugurada no Brasil por meio da aprovação Emenda Constitucional n. 95/2016, quando um teto de gastos públicos foi estabelecido no país (sem desconsiderar que a aprovação da Emenda representa o ápice de toda uma trajetória em curso). Desde essa compreensão, austeridade é uma medida que, de certa forma, acompanha aquilo que pode ser denominado como o ataque neoliberal às políticas sociais, intensificado especialmente a partir dos anos 1970 e 1980 e aprimorado conforme a financeirização foi sendo disseminada juntamente aos movimentos da globalização. A partir dessas constatações, a primeira parte do estudo permite a compreensão da forma como neoliberalismo, dívida pública e austeridade se relacionam, sem pretender esgotar conceitos, mas oferecendo uma percepção crítica de análise para que, num segundo momento do texto, possam ser investigados como os interesses econômicos marcam esse cenário.

Como forma de oferecer um aporte inicial, adota-se o entendimento de Brown, ao afirmar que, da mesma maneira como outras formações que alteram o mundo, o neoliberalismo – ou suas ideias, instituições, políticas, racionalidade política – provavelmente molda a história mundial tanto quanto qualquer outro fenômeno, embora não tenha uma definição estabelecida. A autora associa o neoliberalismo a um conjunto de políticas que privatizam os serviços públicos,

reduzem o Estado Social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarifas amigáveis para investidores estrangeiros³.

Com entendimento um pouco diverso, Dardot e Laval associam o neoliberalismo a um “conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”. A ideia defendida pelos autores é no sentido de que o neoliberalismo é fundamentalmente uma “racionalidade” e, como tal, “tende a estruturar e organizar não apenas ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados”. Trata-se, portanto, de uma racionalidade governamental que, além de moldar a subjetividade dos indivíduos, pelo universo da competição generalizada, tem sido capaz de reger as políticas públicas, comandar as relações econômicas mundiais e transformar a sociedade⁴.

A ampliação do alcance do neoliberalismo em relação aos Estados inicia-se por volta dos anos 1973 em diante, na medida em que os programas propostos por Milton Friedman são apresentados como resposta às dívidas contraídas pelos países da América Latina, em especial ao Chile. Foi assim que o país se tornou um laboratório das políticas neoliberais, impostas por Augusto Pinochet e seus assessores (Chicago Boys), em seguida levadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial a outros países endividados, na forma de mandatos de ajuste estrutural vinculados à reestruturação dos empréstimos e da dívida⁵.

3 BROWN, 2019, p. 28-29.

4 DARDOT; LAVAL, 2016, p. 15-17.

5 O exemplo do Chile é paradigmático para ilustrar não somente como as políticas neoliberais foram impostas aos países da América Latina, como também para evidenciar a interferência dos Estados Unidos nesses países. Quando por volta dos anos 1970, Milton Friedman, professor da Escola de Chicago, passou a atuar como conselheiro do ditador chileno, general

Mas o que começou no hemisfério Sul logo fluiu para o Norte, no final dos anos 1970 – período em que Dardot e Laval delimitam a chamada “grande virada neoliberal”. Nesse contexto, a ascensão das políticas neoliberais adquire relevância por meio dos governos conservadores de Ronald Reagan (nos Estados Unidos) e Margaret Thatcher (na Inglaterra), que constituíram, como base de sua política de ação, uma resposta à uma crise econômica e de lucratividade da época⁶. Focados na desregulação do capital, no combate ao trabalho organizado e na privatização de bens e serviços públicos, suas políticas desvelaram o ataque neoliberal ao Estado Social.

Pouco a pouco, uma versão do neoliberalismo foi adquirindo forma, por meio de um acordo político nascido em Washington que recomendava planos de ajuste e reformas estruturais aos Estados endividados em troca de empréstimos para recuperar suas economias. Como esclarece Blyth, o chamado Consenso de Washington (elaborado pelo economista do desenvolvimento John Williamson, em 1989)

Augusto Pinochet, uma reforma econômica bastante rápida passou a ser implementada, na forma de diminuição de impostos, livre comércio, serviços privatizados, corte nos gastos sociais e desregulamentação para o incentivo do livre mercado. As propostas de Friedman também foram levadas à prática no Chile por seus alunos, os chamados Chicago Boys, que ficaram conhecidos por elaborar o plano econômico de Pinochet, inspirados pela ideia da trindade do livre mercado preocupada com a privatização, desregulamentação e corte nos gastos sociais. KLEIN, 2007, p. 56-60.

- 6 Suas políticas conservadoras e neoliberais questionaram profundamente a regulação macroeconômica keynesiana, a propriedade pública das empresas, o sistema fiscal progressivo, a proteção social e o enquadramento do setor privado por regulamentações estritas (como em matéria trabalhista, por exemplo). Vale dizer que essas primeiras políticas neoliberais simbolizam o encolhimento do Estado Social, por meio do rompimento com o “welfarismo” da social-democracia e a implementação de novas políticas que supostamente poderiam superar a inflação galopante, a queda dos lucros e a desaceleração do crescimento”. DARDOT; LAVAL, 2016, p. 191.

ficou amplamente conhecido por estabelecer um conjunto de recomendações (neoliberais) aos países endividados, como disciplina fiscal, reordenamento das prioridades de despesa pública, reforma tributária, liberalização das taxas de juros, uma taxa de câmbio competitiva, liberalização do comércio e do investimento estrangeiro, privatização e desregulamentação⁷.

Em grande medida, essa difusão neoliberal esteve acompanhada pela globalização e o crescimento do capitalismo financeiro, ao lado de uma série de reformas legislativas (como a liberação total de câmbio, a privatização do setor bancário e a abertura dos mercados financeiros), promovendo a liberação política das finanças, fundamentada na necessidade de financiamento da dívida pública, que seria paga recorrendo-se aos investidores internacionais. No plano teórico, essa liberação é justificada pela superioridade da concorrência entre os atores financeiros na administração do crédito, naquilo que diz respeito ao financiamento dos Estados endividados, entretanto, no plano prático, a maioria dos países viu-se na impossibilidade de tomar medidas que iriam de encontro aos interesses dos detentores do capital⁸.

Na verdade, toda essa desregulamentação proposta pelos neoliberais revolucionou a política econômica dos Estados, reorganizando o capitalismo sobre novas bases e desencadeando uma nova ordenação das atividades econômicas. A partir do momento em que a financeirização⁹ tornou-se

7 BLYTH, 2017, p. 229.

8 DARDOT; LAVAL, 2016, p. 199.

9 Como item conceitual, adota-se a explicação de Varoufakis, ao definir financeirização como um “processo de aumento do protagonismo do sistema financeiro, o que consiste basicamente no aumento do poder e da importância de bancos e instituições afins na gestão e geração de riqueza nas economias capitalistas. A partir daí a renda (em sentido estrito, isto é, o ganho sobre a escassez, a piora de dinheiro, mas também de imóveis, títulos,

prática comum, houve uma deformação generalizada dos processos econômicos, sociais e ambientais nos Estados, provocada pela migração dos recursos do fomento econômico (ou seja, investimentos) para ganhos improdutivos (aplicações financeiras). A respeito dessa análise, Dowbor afirma que, com o predomínio da financeirização, tornou-se muito mais prático adquirir títulos da dívida pública (e com eles lucrar sobre os juros) do que realizar investimentos que beneficiem toda uma cadeia de trabalho e consumo (abrir uma empresa, contratar trabalhadores). Na medida em que se adquirem papéis (entenda-se: dívida pública), eles apenas podem render, mas não produzem nada, ou seja, geram rendimentos sem contrapartida, o que, a partir de determinado âmbito, torna-se um peso morto em relação às atividades econômicas em geral¹⁰.

Além disso, interessante assinalar como as privatizações, a desregulamentação financeira, os cortes no poder dos sindicatos, a eliminação do salário mínimo e outras políticas neoliberais, especialmente implementadas a partir dos governos Regan-Thatcher, refletiram no aumento de disparidades econômicas. Significa dizer, em uma análise rápida, que o resultado da aplicação dessas medidas que vão de encontro ao projeto de bem-estar social não é outro senão o aumento das desigualdades e, por via reflexa, a corrosão da justiça social. Isso porque, além de um enxugamento em termos de prestações sociais, uma série de estímulos às classes afortunadas acompanharam essas medidas, a exemplo da diminuição das cargas tributárias e a abertura de oportunidades com ganhos especulativos, o que acabou por representar a

etc) passa a preponderar sobre a forma de riqueza produzida a partir da exploração do Trabalho e da Produção (isto é, o lucro)". VAROUFAKIS, 2016, p. 7.

10 DOWBOR, 2017, p. 155-156.

adoção de políticas de redistribuição de renda “para cima”, fazendo com que a “economia da desigualdade” ganhasse um novo impulso¹¹.

Devidamente contextualizada a forma como o capitalismo se reinventa por meio da financeirização e do avanço das políticas neoliberais, cada vez mais a atuação dos bancos e organismos financeiros ocorre longe das regulamentações estatais. Enfatizando a dimensão do problema que isso representa, Dardot e Laval indicam que a atuação desses atores privados, como tendência da financeirização, está profundamente ligada à crise financeira de 2008. Para os autores, a crise foi resultado do modo de governo das economias e das sociedades baseado na generalização do mercado e da concorrência, que levou as instituições bancárias e os fundos de investimentos (principalmente dos Estados Unidos) a aumentar os níveis de risco e espalhá-los pelo resto da economia para embolsar lucros especulativos colossais¹².

Sem adentrar especificamente no contexto do desencadeamento da crise, é preciso ressaltar que seus efeitos devastadores atingem os países até hoje¹³. Embora não se descartem outras consequências, interfere na delimitação desse estudo o modo como as medidas de austeridade e a dívida pública adquirem notoriedade nesse cenário, como política e argumento de salvação dos países. No pânico global desencadeado pela crise, austeridade ou a medida de “cortar orçamento do Estado para promover crescimento”

11 JUNIOR; MAGALHÃES, OLIVEIRA, 2015, p. 231-234.

12 DARDOT; LAVAL, 2016, p. 27.

13 Considerada por Varoufakis uma crise de efeitos devastadores e globais, a chamada crise financeira de 2008 que começou nos Estados Unidos e espalhou seus efeitos pelo mundo todo, sinteticamente, culminou na quebra de diversos bancos (a exemplo do Lehman Brothers), resultado de uma série de práticas financeiras que começaram a ser adotadas especialmente a partir de 1990. VAROUFAKIS, 2016, p. 51-52.

tornou-se o mantra de salvação dos países. Conceituada por Blyth como “uma forma de deflação voluntária em que a economia se ajusta através da redução de salários, preços e despesa pública para restabelecer a competitividade”, a suposição que se faz com o sucesso da austeridade é de que ela seja capaz de diminuir as dívidas e os déficits dos Estados¹⁴.

O alcance ampliado da crise levou os Estados à introdução de um conjunto de políticas destinadas a apoiar os bancos e instituições financeiras. Um ponto de reversão do neoliberalismo é assinalado por Duménil e Lévy, ao explicarem uma mudança súbita nos princípios básicos “do credo neoliberal” que, nesse momento, precisariam contar com as instituições estatais. Na verdade, pode-se afirmar que os instrumentos neoliberais geralmente mudam de acordo com as circunstâncias, mas o interessante é compreender suas articulações como as de uma “ordem social que objetiva o poder e a renda das classes mais altas¹⁵”.

Diante das consequências da crise e sem meios visíveis de apoio, os países foram obrigados a se socorrer com novos empréstimos, sobrecarregando-se com mais déficit orçamentário. Na ausência de capacidade financeira para arcar com ainda mais dívida, alguns Estados passaram a ser pressionados por credores estrangeiros para colocar em prática medidas de austeridade. Ocorre que, quando economias sufocadas por dívidas entram em recessão, gastos do governo em educação, saúde e infraestrutura básica são reduzidos e austeridade, a política fiscal de conter gastos públicos, se torna interessante para que os Estados destinem seus recursos ao pagamento dos bancos e instituições donos das dívidas¹⁶.

14 BLYTH, 2017, p. 22.

15 DUMÉNIL; LÉVY, 2011, p. 228.

16 HUDSON, 2012, p. 186.

Sobre os desencadeamentos da crise no Brasil, Dowbor indica que em 2013, o rombo nas contas públicas foi criado pelo nível surrealista dos juros sobre a dívida pública¹⁷. Aliás, a dívida pública no mundo hoje se tornou um estoque enorme que rende juros e realiza uma transferência absurda de renda aos mais afortunados. O contexto brasileiro é interessante para explicar esse cenário: o Estado emite títulos da dívida pública e, sobre eles, paga juros (a taxa Selic), todavia, isso gera um processo cumulativo, pois grande parte dos juros o Estado não consegue pagar, o que acaba aumentando o estoque da dívida. Há um percurso cíclico nesse processo, de modo que os mesmos atores privados e financeiros que compram os títulos da dívida pública, forcem a subida das taxas de juros e com isso fazem com que o Estado emita mais títulos para ir cobrindo os rombos.

O que de fato importa, nessa tendência global de implementar políticas de austeridade impostas por atores financeiros que objetivam cortar orçamento dos Estados, é avaliar a falsidade das propagandas a favor da austeridade carregando um discurso de que os Estados não podem pagar o custo de seu bem-estar social, quando, na realidade, não podem pagar o altíssimo custo de resgate dos bancos. Nesse sentido, Hudson assinala que a chamada crise da dívida que atinge a grande maioria dos países é resultado político da renúncia do poder regulatório dos Estados ao setor financeiro. Portanto, a austeridade não é necessária, mas é a solução que os atores por detrás das finanças encontraram para usar a crise a seu favor, como oportunidade de reverter novos ganhos¹⁸.

Aliás, frequentemente nos discursos políticos neoliberais a favor da austeridade, argumentos falaciosos como

17 DOWBOR, 2017, p. 135; 205.

18 HUDSON, 2012, p. 45

reduções nos impostos e desperdício de dinheiro público ganham corpo diante de algum manto de crise (seja real ou exagerada) aparentemente reticente¹⁹. Dessa forma, a ideia de que não há opção, a não ser reduzir os gastos com despesas públicas, é disseminada no imaginário popular na medida em que a crise econômica, por exemplo, lhe é apresentada em grande escala para facilitar a aceitação de medidas como privatizações, liberalizações e cortes em direitos sociais. Nesse sentido, aquilo de Klein chama de “doutrina do choque” nada mais é do que a forma pela qual o neoliberalismo se apropria da vulnerabilidade e do medo das pessoas em relação às crises, ou a ideia de que os desastres serão ainda maiores, e as convence sobre a eficiência de suas políticas que, na verdade, atendem ao objetivo de maximizar os ganhos de uma minoria selecionada²⁰.

Desde uma percepção em relação à defesa do bem-estar social, facilmente se conclui pela forma como o corte de gastos implica redução de prestações sociais, ao lado do desinvestimento em políticas públicas. Entretanto, mesmo em uma perspectiva da área econômica, especialistas afirmam que a austeridade é “uma ideia equivocada do ponto de vista social e contraproducente do ponto de vista do crescimento econômico e do equilíbrio fiscal”. Quer dizer, a austeridade tem sido analisada como nada mais do que a

19 Sobre os contornos de crise que parecem acompanhar o Estado desde algum tempo, Santi Romano explica que ao passo em que a organização do ente estatal foi concedida como único poder exclusivo e soberano, demonstrou-se deficiente no cumprimento das tarefas a ele atribuídas, especialmente por não reconhecer as novas estruturas sociais ou mesmo não perceber certas necessidades inerentes aos indivíduos: “a hodierna organização estatal, pelo fato de sentir a necessidade de organizações novas que lhe sejam complementares, outrossim não contrárias, se nos apresenta justamente por tal carestia, minguada”. ROMANO; CAMPOS, 2021, p. 26-27.

20 KLEIN, 2017, p. 141-143.

imposição dos interesses de classe dos capitalistas ou ainda, como uma política de resposta dos governos às demandas do mercado e das elites econômicas às custas de direitos sociais da população e dos acordos democráticos²¹.

O preço dessas práticas neoliberais não é apenas resultado de transferências de renda e riqueza da sociedade como um todo para as finanças, de modo que há custos adicionais muito mais perversos, quando essas elites minam a saúde da economia para as famílias e os trabalhadores. Aqui o paralelo é bastante interessante: ao mesmo tempo em que são capazes de travar os investimentos dos governos em políticas sociais, inclusive pela aprovação de reformas estruturais, como trabalhista e previdenciária, liberam os Estados para gastar com juros da dívida pública. Esse é o ponto mais contundente da austeridade, enquanto elites econômicas enriquecem, a maioria da população (ou o elo mais fraco da economia) é atingida com restrições de aposentadorias, direitos trabalhistas e demais prestações sociais.

Para concluir, ressalta-se a dificuldade em reunir as condições com que o neoliberalismo se articula ou sobre quem são seus atores. Mesmo assim, o modelo de compreensão oferecido pelo estudo parte do pressuposto de que o sistema neoliberal é instaurado por forças e poderes que se apoiam uns nos outros em âmbito local e global, por meio de oligarquias burocráticas e políticas, empresas transnacionais, atores financeiros e grandes organismos econômicos que formam uma coalizão de poderes concretos e exercem sua influência em escala mundial²².

A esse respeito, Quijano explica a existência de um bloco imperial mundial que constituiu uma espécie de “governo mundial invisível” e impõe suas decisões aos países

21 ROSSI; DWECK; ARANTES, 2018, p. 27.

22 DARDOT; LAVAL, 2016, p. 8.

considerados em desenvolvimento, como é o caso do Brasil e da América Latina em geral. Trata-se de um movimento, em realidade, composto por nações mundialmente hegemônicas, assim como por entidades intergovernamentais e privadas do controle do fluxo mundial de capital (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Clube de Paris, dentre outros) e as grandes corporações globais²³.

O que está em evidência, contudo, é a forma como as articulações de poderes privados promovem o assalto aos direitos sociais e enriquecem alguns poucos privilegiados. A constatação que se faz é que as elites corporativas e políticas simplesmente trocam favores para abocanhar tudo o que resta do domínio público, gerando enormes transferências de riquezas públicas para mãos privadas, frequentemente acompanhadas de uma explosão de endividamento e uma polarização cada vez maior entre os muito ricos e os pobres descartáveis. Para aqueles que vivem dentro da bolha da extrema riqueza, não existe modo melhor de ter a sociedade organizada, todavia, as desvantagens impostas à imensa maioria da população fora da bolha são devastadoras²⁴.

Até aqui, é possível ter clareza quanto ao alcance da medida de austeridade fiscal que sustenta a realização de ajuste fiscal pelo governo, preferencialmente em gastos públicos, diante de fatores como a desaceleração econômica ou o aumento da dívida pública. Assinaladas essas circunstâncias, na medida em que alguns pressupostos se tornam claros, outros elementos causam inquietude. No próximo ponto da pesquisa pretende-se analisar a tramitação de uma das mais polêmicas medidas de austeridade no Brasil. A proposta de Emenda Constitucional conhecida como “PEC do teto de gastos” (após sua aprovação convertida na Emenda Constitu-

23 QUIJANO, 2002, p. 8.

24 KLEIN, 2007, p. 15.

cional n. 95/2016) contemplou o congelamento das despesas em saúde e educação por vinte anos, além de alguns ajustes fiscais. Com o intuito de uma abordagem prática, adianta-se que se pretende verificar a existência de padrões quanto às reações do “mercado” durante o processo legislativo dessa Proposta de Emenda à Constituição.

3 Investigação sobre padrões de “reações de mercado” com relação ao trâmite da EC 95/2016

Delineadas algumas aproximações entre o neoliberalismo e as políticas que visam cortar gastos públicos, esse ponto do trabalho dedica-se à análise do processo legislativo da Emenda Constitucional (EC) n. 95/2016 (conhecida como “PEC do teto de gastos”) como forma de identificar possíveis padrões da dinâmica dos poderes privados com relação a medidas de austeridade no Brasil. A escolha da presente medida legislativa se justifica por ser considerada o ponto culminante de toda uma trajetória de austeridade em curso no país (talvez a mais grave em termos de direitos sociais), implementada ainda no início do governo de Michel Temer, como premissa à inauguração de um novo regime fiscal que, por ser implementado via Emenda Constitucional, constitucionaliza a austeridade e alcança, no âmago, os direitos sociais.

Na verdade, a partir da EC 95, instituiu-se uma regra para as despesas primárias do governo federal, com duração para vinte anos (podendo ser revisado nos primeiros dez anos)²⁵. Com a aprovação desse chamado ajuste fiscal, o que

25 A reforma introduzida pela EC 95 inclui, ainda, disposições que desencadeiam uma série de medidas corretivas aos órgãos públicos, no caso

se instaurou no país pode ser definido como “austeridade permanente”, na medida em que substancialmente os recursos públicos para garantia dos direitos sociais, como saúde e educação, serão reduzidos de modo constante. Quer dizer, com a nova regra, em vigor desde 2017, o gasto primário do governo “fica limitado por um teto definido pelo montante máximo do ano anterior reajustado pela inflação acumulada em 12 meses, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)²⁶”. Basicamente, o limite das despesas do ano subsequente será o gasto realizado no ano anterior corrigido pela inflação (na verdade, praticamente congelado).

Avançando na pesquisa, realizou-se uma análise detalhada da tramitação do processo legislativo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n. 241 (na Câmara dos Deputados) e n. 55 (no Senado Federal) – ou PEC do teto de gastos - que, após sua aprovação, passou a vigorar no Brasil na forma da Emenda Constitucional n. 95/2016. Como o objetivo é identificar possíveis padrões entre a reação dos poderes privados e a determinação das políticas de austeridade no Brasil, buscou-se comparar alguns marcos temporais do processo legislativo com os índices de variação da

de quebra da regra, como a proibição da criação de novos cargos, empregos ou funções que impliquem em aumento das despesas ou a criação de novas despesas obrigatórias (artigo 109). BRASIL, 2016.

- 26 Sobre os efeitos práticos, Dweck, Silveira e Rossi explicam que no período de 1997-2017, o gasto primário do governo cresceu de 14% para 19% do Produto Interno Bruto (PIB). A partir da EC 95, de 2017 a 2037, considerando uma taxa média de crescimento do PIB de 2,5% ao ano, espera-se que o gasto primário retorne para a faixa de 12% do PIB em 2037. DWECK; SILVEIRA; ROSSI, 2018. p. 48-49.

Ibovespa²⁷ e da Taxa de Câmbio no Brasil²⁸, no intuito de analisar prováveis respostas e expectativas do “mercado” em relação à aprovação da PEC²⁹.

A amostra foi construída com base na análise do processo legislativo, no ano de 2016, em cada uma das casas do Congresso Nacional. Nesse sentido, foram separadas datas contemplando os momentos mais importantes do trâmite legislativo como, por exemplo, proposição, votação, dentre outros. Na sequência, comparou-se a variação do índice Ibovespa e da Taxa de Câmbio no Brasil em relação à data anterior àquele marco temporal separado, utilizando-se o sinal de menos (-) no caso de queda em relação ao dia anterior e o sinal de mais (+) quando, ao contrário, verificou-se o aumento do valor.

No caso do índice Ibovespa, a pesquisa baseou-se em

27 O Ibovespa é o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro, medido pela cotação das ações das principais empresas listadas na bolsa. Considerado o principal indicador do mercado de ações do país, é visto como termômetro para a confiança dos investidores no Brasil. B3, 2021.

28 De acordo com o IPEA, “a taxa de câmbio é o preço de uma moeda estrangeira medido em unidades ou frações (centavos) da moeda nacional, refletindo o custo de uma moeda em relação à outra. O dólar comercial é a cotação do valor do dólar utilizado nas operações realizadas no mercado de câmbio, por exemplo: exportação, importação, transferências financeiras. Também conhecida como PTAX, esta cotação corresponde à média aritmética das taxas de compra das consultas realizadas diariamente”. IPEA, 2021.

29 A expressão “mercado” aparece em destaque pois é retratada principalmente pela mídia como a imagem de um ser onipresente quando, em verdade, não passa dessa coalizão de poderes concretos que determinam boa parte das opções políticas dos Estados. Rafael Valim explica o emprego do termo como se correspondesse a uma “articulação invisível” entre fenômenos aparentemente desconexos (não é fácil relacionar as determinações das elites econômicas no âmbito político dos Estados) mas que, em conjunto, compõem a chave de compreensão dos movimentos econômicos nas sociedades contemporâneas. VALIM, 2017, p. 14.

notícias e destaques econômicos de colunas jornalísticas³⁰, filtrando-se pela data. No caso da variação da Taxa de Câmbio, adotou-se uma tabela com a cotação da moeda real em relação ao dólar, disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Para fixar os marcos iniciais e finais da tramitação da PEC³¹, frisa-se que sua data de propositura ocorreu em 15/06/2016 (quando foi apresentada à Câmara dos Deputados) e, após trâmite e aprovação, sua conversão em Emenda à Constituição ocorreu em 15/12/2016.

A começar pelo trâmite na Câmara dos Deputados, a pesquisa mostra que, já na propositura da PEC n. 241, em 15/06/2016, foi possível verificar um aumento do índice Ibovespa, após sucessivos dias anteriores de queda. Também nessa data pode-se observar a queda da Taxa de câmbio, indicando a valorização da moeda brasileira. As expectativas dos investidores se mantiveram com a alta do Ibovespa e a baixa da Taxa de Câmbio, nas datas de 29/06/2016, em que houve designação de relator na Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania (CCJC), e 29/07/2016, quando o relator emitiu parecer favorável à admissibilidade da PEC. Esses dados podem ser visualizados na tabela 1 abaixo:

30 As principais utilizadas foram as colunas econômicas dos jornais G1 e UOL.

31 Vale lembrar que o procedimento de criação das emendas constitucionais segue o rito especial estabelecido pelo artigo 60 da Constituição Federal. Nesse caso, mediante deliberação parlamentar, a proposta de emenda constitucional é discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal), em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambas, 3/5 dos votos dos respectivos membros.
BRASIL

Tabela 1 – variação do índice ibovespa e da taxa de câmbio durante o trâmite da pec 241 na câmara dos deputados entre 15/06/2016 e 29/07/2016³²

Data	Fato	Ibovespa	Taxa de Câmbio (R\$/US\$)
15/06/2016	Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição n. 241/2016 pelo Poder Executivo	(+) 0,55%	(-) 3,4762
29/06/2016	Designado relator junto à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Deputado Danilo Forte (PSB-CE)	(+) 2,05%	(-) 3,2429
29/07/2016	CCJC: parecer do Deputado Danilo Forte pela admissibilidade	(+) 1,13%	(-) 3,2384

No parecer do relator pela admissibilidade, que foi acolhido pela CCJC, consta o argumento de que “não há que se falar em afronta a direitos ou garantias individuais”, pois, nos termos em que se articula a PEC, inexistem elementos conclusivos que indiquem que o acesso dos cidadãos “aos serviços públicos em discussão será prejudicado, mesmo porque se a crise econômica persistir (e a crise fiscal é, sem dúvida, o núcleo desta crise econômica), a arrecadação tributária será comprometida, reduzindo as fontes de recursos atualmente existentes” (BRASIL, 2016). Nota-se, com efeito,

32 FONTE: Próprias autoras, 2021.

um claro alinhamento discursivo entre os argumentos parlamentares acolhidos pela CCJC e as narrativas neoliberais quanto à necessidade das medidas de austeridade como caminho necessário ao enfrentamento de crises econômicas.

Em contrapartida, os primeiros anos de vigência da medida já revelam os prejuízos negados pela argumentação legislativa referida. Segundo informações do Conselho Nacional de Saúde, desde que a Emenda Constitucional n. 95/2016 foi aprovada, o orçamento para a saúde tem diminuído progressivamente. “Somente em 2019, a perda de investimentos na área representou R\$20 bilhões, o que significa, na prática, a desvinculação do gasto mínimo de 15% da receita da União com a Saúde” (BRASIL, 2020). Cumpre destacar que o parecer de admissibilidade da proposta ancorou-se no argumento de que áreas como saúde e educação estariam protegidas justamente por essa impossibilidade de desvinculação, a partir da obrigatoriedade de aplicações mínimas.

Além dessas perdas já evidenciadas, há um agravante para os próximos anos, considerando-se que uma projeção feita pela Secretaria do Tesouro Nacional no Relatório de Riscos Fiscais da União constata uma pressão por expansão da área da saúde em mais de R\$ 10,6 bilhões até 2027, dada a evolução demográfica brasileira (BRASIL, 2019).

Feitas essas contextualizações, retorna-se aos marcos da tabela 1. Nas fontes jornalísticas selecionadas para a pesquisa da variação do Ibovespa, as notícias indicaram que o índice passou a ter alta em 15/06/2016, o que se manteve em 29/06/2016, até renovar o maior patamar do ano em 29/07/2016³³. Conforme detalhado anteriormente, os três primeiros marcos temporais selecionados para a pesquisa indicam que o mercado se manteve com boas expectativas em relação à PEC, já que em ambas as datas houve aumento do índice Ibovespa e queda da Taxa de Câmbio.

33 G1, 2016.

Quanto às datas de 02/08/2016 e 09/08/2016, foram separados dois votos contrários à aprovação da PEC na CCJC, no intuito de verificar a existência de alguma reação do mercado. Nesse caso, não se verificou um padrão de reações, pois na primeira data houve queda do Ibovespa e, na segunda data, uma leve reação positiva. Já em relação à Taxa de Câmbio, nas duas datas esteve em queda, o que indica que a moeda real se manteve em valorização. Esses dados podem ser verificados na tabela 2:

Tabela 2 – variação do índice ibovespa e da taxa de câmbio durante o trâmite da pec 241 na câmara dos deputados entre 02/08/2016 e 09/08/2016³⁴

Data	Fato	Ibovespa	Taxa de Câmbio (R\$/US\$)
02/08/2016	CCJC: Apresentação do Voto em Separado, pelo Deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), pela inadmissibilidade da PEC	(-) 1,05%	(-) 3,2484
09/08/2016	CCJC: Apresentação de Voto em Separado, pelo Deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), pela inadmissibilidade e inconstitucionalidade da PEC	(+) 0,22%	(-) 3,1497

34 FONTE: Próprias autoras, 2021.

Inobstante a inexistência de um padrão quanto aos dados mapeados em relação ao índice Ibovespa (entre queda e aumento), conforme noticiado pelo G1, em 09/08/2016, agentes financeiros estavam monitorando desdobramentos políticos com potenciais reflexos em medidas para retomar o crescimento do país e ajustar as contas públicas, o que remete ao interesse dos agentes privados na aprovação das medidas da PEC do teto de gastos no Brasil³⁵.

Seguindo na pesquisa, em 11/08/2016, na ocasião da publicação do parecer favorável à admissibilidade e constitucionalidade da PEC pela CCJC, bem como da criação de Comissão Especial pelo Presidente da Câmara, o índice Ibovespa esteve em significativa alta em relação ao dia anterior, chegando ao patamar positivo de 2,05%. A Taxa de Câmbio estava cotada em alta em relação ao dia anterior (R\$/US\$3,1358), entretanto, este valor é menor se comparado à cotação de 09/08/2016, situada na tabela 2 (R\$/US\$3,1497). De um modo geral, em 11/08/2016, foi possível observar que o mercado apresentava reações otimistas, já que o Ibovespa anteriormente oscilava entre baixas ou leves aumentos.

Já nos marcos temporais que compreendem o período de 18/08/2016 e 13/09/2016, a PEC tramitava na fase de audiências públicas para oitiva de especialistas sobre os temas relacionados na proposta, como saúde, educação, economia, dentre outros. Também estava aberto o prazo para emendas à PEC. Nesse período, pode-se verificar quedas sucessivas do índice Ibovespa, bem como oscilações da Taxa de Câmbio. Os dados podem ser extraídos da tabela 3:

35 G1, 2016.

Tabela 3 – variação do índice ibovespa e da taxa de câmbio durante o trâmite da pec 241 na câmara dos deputados entre 11/08/2016 e 13/09/2016³⁶

Data	Fato	Ibovespa	Taxa de Câmbio (R\$/US\$)
11/08/2016	Publicação do Parecer final da CCJC pela admissibilidade e constitucionalidade da PEC 241. Ato do presidente: criação de comissão especial. Designado Relator, Dep. Darcísio Perondi (PMDB-RS)	(+) 2,05%	(+) 3,1358
18/08/2016	Comissão Especial: Apresentação de requerimentos de audiência pública	(-) 0,27%	(-) 3,2209*
24/08/2016	Comissão Especial: Apresentação de requerimento pelo Deputado Jorge Solla (PT-BA) para realização de reunião de audiência pública	(-) 0,34%	(+) 3,2366

36 FONTE: Próprias autoras, 2021.

30/08/2016	Comissão Especial: Apresentação de emenda modificativa, pelo Dep. Bacelar.	(-) 0,06%	(-) 3,2519
31/08/2016	Comissão Especial: Aprovação de requerimentos de realização de audiências públicas para tratar do assunto da PEC. No Senado Federal: decisão pelo afastamento da presidente Dilma Rousseff	(-) 1,73%	(-) 3,2397
01/09/2016	Dia posterior ao impeachment de Dilma Rousseff	(+) 0,57%	(+) 3,2466
13/09/2016	Encerrado o prazo para emendas ao projeto na Comissão Especial	(-) 3,33%	(+) 3,2966
* Queda do dólar em relação ao dia anterior, mas alta significativa na última semana (em média 0,77% a mais).			

Notadamente, o período entre 18/08/2016 e 13/09/2016, além de compreender quedas sucessivas em relação ao índice Ibovespa, também representa oscilações da Taxa de Câmbio entre altas e baixas. Nesse caso, dois destaques jornalísticos devem ser levados em conta: o primeiro deles se refere às expectativas dos investidores que estavam monitorando a participação dos ministros da Fazenda e do Planejamento em audiência na comissão da Câmara sobre a PEC que instituiu teto para o crescimento dos gastos públicos³⁷. O segundo,

37 G1, 2016.

por sua vez, demonstra que as perspectivas do mercado financeiro estavam direcionadas ao desfecho do processo de impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff, com o índice Ibovespa e a Taxa de Câmbio em queda³⁸.

Destaca-se que no dia posterior à aprovação do afastamento pelo Senado Federal, o Ibovespa apresentou um leve aumento, assim como a Taxa de Câmbio. Nessa data, os jornais destacavam o fato de os agentes econômicos estarem “digerindo a votação final do impeachment³⁹”. Aqui, em que pese a abordagem dos desencadeamentos do impeachment não estar relacionada diretamente ao objeto da pesquisa, vale elucidar o ponto de vista de Valim, ao relacionar o programa neoliberal de austeridade no Brasil a uma “avassaladora estratégia de desfiguração do modelo de Estado Social de Direito consagrado na Constituição de 1988” que vem sendo desenhada no país desde o processo de impeachment em 2016⁴⁰.

Avançando na pesquisa, visualiza-se que, nas datas de 07/10/2016 e 10/10/2016, as expectativas do mercado voltam a ser positivas, ao registrar-se aumento do índice Ibovespa e queda da Taxa de Câmbio em ambos os marcos temporais. Nessas datas, tanto o parecer favorável da Comissão Especial da PEC, quanto sua aprovação em pri-

38 G1, 2016.

39 G1, 2016.

40 Para o autor, claramente, no Brasil, o processo de impeachment se traduz num golpe de Estado que coloca o país no estado de exceção neoliberal: “desta vez a democracia não foi abatida por um golpe militar, com tanques e fuzis, mas sim pelo que vem sendo chamado de um “golpe institucional”, gestado e levado a efeito sob uma aparência de legalidade. Instaurou-se um processo, ouviram-se as partes e as testemunhas, elaboraram-se relatórios, mas tudo não passava de uma grande farsa, um simulacro de devido processo legal encenado por parlamentares toscos e venais, sob o impulso decisivo da mídia nativa”. VALIM, 2017, p. 15-17.

meiro turno representam a reação positiva dos agentes da economia, o que inclusive foi destacado pelo G1, ao indicar a influência da aprovação da PEC nos negócios⁴¹. Os dados estão inseridos na tabela 4, abaixo:

Tabela 4 – variação do índice ibovespa e da taxa de câmbio durante o trâmite da pec 241 na câmara dos deputados entre 07/10/2016 e 10/10/2016⁴²

Data	Fato	Ibovespa	Taxa de Câmbio (R\$/US\$)
07/10/2016	Publicação do Parecer da Comissão Especial pelo Relator, Deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), pela aprovação da PEC 241	(+) 0,77%	(-) 3,2128
10/10/2016	Votação em primeiro turno: texto-base aprovado por 366 votos a 111	(+) 0,86%	(-) 3,2119

Ao chegar à fase final da tramitação na Câmara dos Deputados, o período separado compreende as datas de 11/10/2016, 18/10/2016 e 25/10/2016, representadas na tabela 5, na sequência. Como se pode visualizar, o índice Ibovespa se manteve em queda nas datas de 11/10/2016 e 25/10/2016 e em alta na data de 18/10/2016, a Taxa de Câmbio, por sua vez, manteve-se em alta em 11/10/2016 e em baixa em 18/10/2016 e 25/10/2016. Em ambos os casos, verifica-se que os índices variam conforme as datas, não indicando um padrão de reações do mercado, o que, todavia,

41 G1, 2016.

42 FONTE: Próprias autoras, 2021.

não representa a ausência de expectativas em relação à PEC, o que é destaque pelas matérias jornalísticas.

Tabela 5 - variação do índice ibovespa e da taxa de câmbio durante o trâmite da pec 241 na câmara dos deputados entre 11/10/2016 e 25/10/2016⁴³

Data	Fato	Ibovespa	Taxa de Câmbio (R\$/US\$)
11/10/2016	Apresentação do Parecer à Redação para o Segundo Turno, pelo Deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS)	(-) 0,97%	(+) 3,2130
18/10/2016	Aprovada a proposta de redação para o segundo turno	(+) 1,50%	(-) 3,1868
25/10/2016	Votação em segundo turno: texto-base aprovado por 359 votos a 116	(-) 0,30%	(-) 3,1187

No dia da apresentação do parecer para votação para segundo turno (11/10), o G1 apontava o declínio do Ibovespa, apesar da repercussão positiva da aprovação na Câmara dos Deputados da PEC⁴⁴. Em relação à data da aprovação da PEC em segundo turno (25/10), o mesmo jornal noticiou que apesar da queda, analistas avaliavam a possibilidade de o índice subir, pela aprovação das medidas da PEC⁴⁵. Na verdade, no dia posterior à aprovação em segundo turno (26/10), novamente o Ibovespa fechou em queda, já que os

43 FONTE: Próprias autoras, 2021.

44 G1, 2016.

45 G1, 2016.

investidores estavam preocupados com o placar baixo da votação (inferior ao primeiro turno), porém a aprovação da PEC 241 na Câmara dos Deputados indicou um viés otimista do mercado em relação à política econômica do país e ao avanço de mais reformas no Congresso Nacional⁴⁶.

Passada a deliberação e aprovação nos dois turnos da Câmara de Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição (n. 55) passou a tramitar no Senado Federal, no dia 27/10/2016, momento em que foi incluída na pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), consoante indicado na tabela 6, em seguida. Confirmando um quadro que já vinha sendo desenhado por especialistas, nessa data houve aumento do índice Ibovespa e, apesar de a Taxa de Câmbio também estar em alta, o G1 destacava o fato de o mercado ter expectativas em relação às medidas econômicas no Congresso Nacional⁴⁷.

Nos marcos posteriores a essa data, que contemplam o período entre 01/11/2016 e 09/11/2016, podem-se verificar 3 quedas e 3 altas do índice Ibovespa, assim como variações em relação à Taxa de Câmbio (os dados estão na tabela 6, logo abaixo). Com base nos destaques da imprensa, os índices econômicos foram influenciados nessas datas pelas eleições presidenciais dos Estados Unidos, por isso as atenções dos agentes privados estavam redirecionadas, tanto que, no dia da eleição de Trump, o Ibovespa fechou em queda de 1,15% (chegando a cair mais de 3% durante o dia). Os investidores estavam preocupados com o protecionismo econômico do presidente norte-americano eleito⁴⁸.

46 G1, 2016.

47 Também houve destaque, nesse dia, às declarações do presidente do Senado, Renan Calheiros, garantindo a manutenção do calendário para votação da medida que limita o crescimento dos gastos públicos no Senado o que, de acordo com especialistas, pode ajudar a “manter o bom humor nos negócios”. G1, 2016.

48 G1. **Bovespa chega a cair mais de 3% após vitória de Trump nos EUA**,

Tabela 6 - variação do índice ibovespa e da taxa de câmbio durante o trâmite da pec 55 no senado federal entre 27/10/2016 e 09/11/2016⁴⁹

Data	Fato	Ibovespa	Taxa de Câmbio (R\$/US\$)
27/10/2016	Incluída na pauta de reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	(+) 1,13%	(+) 3,1423
01/11/2016	Juntada das emendas 2 a 16. Pedido de vista dos Senadores Ricardo Ferraço e Ataídes Oliveira	(-) 2,11%	(+) 3,2047
07/11/2016	Juntada das emendas 22 a 33	(+) 3,73%	(-) 3,2018
08/11/2016	Juntada das emendas 34 a 52	(-) 0,09%	(=) 3,2018
09/11/2016	Aprovado parecer da CCJ, pela constitucionalidade do projeto e rejeição das 59 emendas apresentadas	(-) 1,15%	(+) 3,2252

No parecer da CCJ, semelhante ao que se verificou nas discussões durante a tramitação na Câmara dos Deputados, o

09/11/2016. Disponível em: < <http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2016/11/bovespa-cotacao-em-9112016.html>>. Acesso em 24 jan. 2021.

49 FONTE: Próprias autoras, 2021.

argumento da complexidade da crise econômica que assolava o país justificou, mais uma vez, a necessidade de atuação estatal. No espaço em que a importância dos direitos sociais é relegada, os gastos públicos parecem ser o único problema do Poder Público. “A contenção dos gastos públicos é condição necessária para a retomada do crescimento e a mitigação dos efeitos deletérios que a crise tem gerado. Mais do que isso, a fixação de um teto de gastos é a medida mais equilibrada e menos arriscada para tal fim” (BRASIL, 2016).

Essa relação causa-efeito (em que, supostamente, os gastos públicos seriam a causa para a crise econômica do país) não só revela como a narrativa neoliberal avança, como também evidencia a forma como a austeridade é colocada como prioridade a partir de então. O momento, de fato, é considerado o ponto culminante da austeridade no Brasil, tanto que a própria CCJ indica: “terá sido a primeira vez em nossa história – embora não seja novidade em outros países como Estados Unidos, Suécia, Finlândia e Holanda – em que o equilíbrio das contas públicas se dará por meio de controle dos gastos” (BRASIL, 2016).

Na sequência, retomando-se a análise das tabelas, verifica-se uma mudança de cenário. Conforme indicações da tabela 7, no período de 16/11/2016 a 23/11/2016, em que ocorrem as discussões em primeiro turno da PEC no Senado, apenas em 17/11/2016 o índice Ibovespa operou em queda, devido ao cenário de incertezas em relação às medidas econômicas de Trump⁵⁰. Também a Taxa de Câmbio esteve constantemente em queda, apresentando-se em alta apenas em 23/11/2016. Os dados estão elencados na tabela 7, abaixo:

50 G1, 2016.

Tabela 7 – variação do índice ibovespa e da taxa de câmbio durante o trâmite da pec 55 no senado federal entre 16/11/2016 e 23/11/2016⁵¹

Data	Fato	Ibovespa	Taxa de Câmbio (R\$/US\$)
16/11/2016	Plenário: primeira sessão da discussão em primeiro turno	(+) 0,97%	(-) 3,4177
17/11/2016	Plenário: segunda sessão da discussão em primeiro turno	(-) 1,63%	(-) 3,4046
23/11/2016	Plenário: quinta e última sessão da discussão. Recebimento das emendas 62 a 65	(+) 0,05%	(+) 3,3921

Na ocasião da aprovação da PEC em primeiro turno, na data de 29/11/2016, registrou-se queda de 1,88% no índice Ibovespa, bem como aumento da Taxa de Câmbio, cotada em R\$/US\$ 3,4054. Uma anotação importante e que diz respeito ao fato é de que haviam expectativas em torno do cenário político, pois os investidores estariam aguardando aprovação da PEC em primeiro turno⁵². Como reação, em 30/11/2016, o índice Ibovespa mudou de sentido e aumentou 1,55%, ao lado da Taxa de Câmbio cotada em queda (R\$/US\$ 3,3961), indicando a valorização da moeda local em relação ao dólar⁵³. Ocorre que, com o amadurecimento da pesquisa, alguns padrões de comportamento do mercado passam a ser

51 FONTE: Próprias autoras, 2021.

52 G1, 2016.

53 G1, 2016.

perceptíveis, a exemplo desse, em que se verifica queda do índice Ibovespa como forma de indicar a preocupação ou o monitoramento em relação a determinado assunto que é de interesse dos agentes econômicos no país, como é o caso da aprovação da PEC do teto de gastos.

Seguindo na pesquisa, nos marcos que antecedem a votação da PEC em segundo turno no Senado, em 05/12/2016 e 08/12/2016, enquanto ocorriam as discussões em plenário, houve muita expectativa em relação à aprovação definitiva do teto de gastos, tanto que o índice Ibovespa esteve cotado em queda em ambas as datas e a Taxa de Câmbio apresentou variações entre uma alta e uma queda na cotação, como se pode visualizar na tabela 8. O momento, considerado pelos especialistas como de incertezas, estava despertando apreensões no cenário político, pela relação do então presidente Michel Temer com o legislativo, provocando dúvidas quanto ao ritmo da aprovação do teto de gastos no país⁵⁴.

Levando em consideração os dados até agora apontados, não causa estranheza o fato de o mercado reagir bem à aprovação da PEC em segundo turno, em 13/12/2016. Com efeito, a tabela 8 evidencia que, na ocasião, registra-se aumento do índice Ibovespa seguido da queda da Taxa de Câmbio, consolidando o quadro que já se desenhava ao longo da pesquisa, de que as variáveis desses índices econômicos no Brasil eram, dentre outros fatores, pressão dos agentes privados na aprovação de medidas consideradas interessantes, do ponto de vista do mercado, para a recuperação da economia local.

54 Nesse caso, vale a lembrança de que Michel Temer e Renan Calheiros (na época presidente do Congresso Nacional) tiveram momentos de divergência de opinião durante o ano de 2016, assim como o enfraquecimento da base aliada de Temer no Congresso ocorreu pela divulgação da saída de alguns membros ligados a sua gestão, envolvidos com supostos desvios de dinheiro público. G1, 2016.

Tabela 8 – variação do índice ibovespa e da taxa de câmbio durante o trâmite da pec 55 no senado federal entre 05/12/2016 e 13/12/2016⁵⁵

Data	Fato	Ibovespa	Taxa de câmbio (R\$/US\$)
05/12/2016	Plenário: primeira sessão da discussão em segundo turno	(-) 0,93%	(-) 3,4592
08/12/2016	Plenário: discussão encerrada em segundo turno	(-) 1,22%	(+) 3,4002
13/12/2016	Aprovada a PEC em segundo turno	(+) 0,55	(-) 3,3334

Em um apanhado geral, considerando os eventos filtrados durante a tramitação da PEC no Congresso Nacional e elencados nas tabelas acima, assim como os destaques jornalísticos das datas atribuindo ênfase às expectativas e reações do mercado, não há como negar a existência da influência de atores privados na aprovação de medidas de austeridade no Brasil. Com efeito, se filtrados apenas os eventos em que haviam “expectativas” em relação à aprovação da PEC, já seria possível concluir que, principalmente o índice Ibovespa apresentava-se em desvalorização, como forma de pressão ao desfecho da medida que instituía um teto em relação aos gastos públicos. Tanto é que, em vários momentos as notícias destacavam até mesmo pronunciamentos dos investidores nesse sentido.

Inobstante essas informações, é preciso ter clareza de que, na sucessão de eventos separados para análise, nem

55 FONTE: Próprias autoras, 2021.

todos podem ser relacionados aos desdobramentos da PEC, de forma que outros acontecimentos foram impactantes no comportamento dos investidores no Brasil, como o impeachment da presidente Dilma Rousseff e as eleições do presidente norte-americano Donald Trump. No contexto da economia globalizada, as decisões dos investidores acabam condicionando as finanças dos países, por isso reforçam-se os cenários de crises das instituições estatais, “transbordando pelas estruturas, mecanismos e procedimentos jurídicos no âmbito da economia global⁵⁶”.

Destarte, há um universo de complexidade por trás dessa análise, por isso admite-se a dificuldade em reunir medidas precisas de como auferir a influência dos atores privados no âmbito político dos Estados. Ainda assim, considerando que o aumento do índice Ibovespa representa a valorização econômica das ações no Brasil e que a queda da Taxa de Câmbio a melhora da cotação do real em comparação ao dólar, em todos os marcos da aprovação da PEC, em ambas as casas do Congresso Nacional e em ambos os turnos de votação, essa foi a reação padrão observada nos índices. Mesmo nos momentos em que não se poderia comprovar essa influência por meio dos valores coletados, ou quando os índices econômicos estiveram oscilando na contramão do que se esperava na pesquisa, aparentemente, houve uma explicação externa ou contextual para tanto, o que reforça toda essa obscuridade.

Interessante assinalar, também sobre esse contexto, a percepção da pesquisa em relação aos eventos políticos no Brasil e ao comportamento dos agentes econômicos. De uma maneira geral, nas datas em que os investidores estiveram preocupados com algum evento de seu interesse no país, a exemplo do impeachment ou dos momentos em que

56 CAMPUZANO, 2009, p. 88.

estiveram apreensivos em relação à aprovação das medidas econômicas da PEC do teto de gastos, como reação mais imediata, verificaram-se quedas do índice Ibovespa⁵⁷.

Encaminhando-se para o final deste ponto, sublinha-se que a partir da positivação da Emenda Constitucional 95, as despesas obrigatórias em direitos sociais passaram a ser congeladas, ao passo em que, no caso do pagamento dos juros da dívida pública, bem como das despesas financeiras, não houve limitação. Nesse caso, reforça-se a percepção de Dowbor, ao afirmar que os grandes grupos financeiros se apropriam das políticas públicas justamente por meio do inchaço da dívida pública, passando a condicionar a sobrevivência do governo ao seu grau de “confiança” para “o mercado”, mesmo que isso represente diminuir seu empenho em assegurar políticas que favoreçam a população em geral⁵⁸.

De qualquer maneira, esse é um tema que não se esgota com essa análise e, conforme retratado anteriormente, possui algumas variações e pontos de vista. No entanto, de acordo com os dados que se consolidam no decorrer da pesquisa, reforça-se a percepção de que os interesses do mercado repercutem as decisões políticas no país, tanto é que essas informações são corroboradas quando se analisa a forçada dos índices econômicos, como forma de pressão interna à aprovação de medidas de redução de gastos públicos, assim como as manifestações dos agentes financeiros em relação ao cenário político nacional ou externo.

57 Essa informação pode ser verificada quando se analisam os marcos de 24/08/2016 (tabela 3), em que os investidores estavam aguardando desfechos da PEC; 30/08/2016 e 31/08/2016 (tabela 3), quando investidores aguardavam votação do Senado Federal para o afastamento da presidente Dilma; 25/10/2016 (tabela 5), quando investidores aguardavam votação do segundo turno da PEC na Câmara dos Deputados; e 29/11/2016, quando investidores esperavam pela votação do primeiro turno da PEC no Senado Federal.

58 DOWBOR, 2017, p. 208.

4 Conclusão

Discutir austeridade (ou as políticas que visam reduzir gastos públicos) é fundamental para compreender como estão relacionadas as políticas neoliberais, o endividamento público e a redução das prestações sociais dos Estados. Mas é fato que, na conclusão dessa pesquisa, pode-se assinalar que a austeridade, além de ser denominada como uma medida fiscal, é um modo pelo qual as coalizões neoliberais alavancam as políticas dos Estados para obter vantagens financeiras com o pagamento da dívida pública. Obviamente, cortar o orçamento público para reduzir gastos em prestações sociais implica na liberação de recursos ao pagamento da dívida como uma consequência direta, tanto que, em nenhum momento, fala-se em impor um limite ao pagamento dos credores dos títulos da dívida pública.

A ideia de que não há opção aos países endividados a não ser reduzir gastos com despesas sociais para retomar o crescimento econômico substancialmente chegou no Brasil por meio da aprovação da Emenda Constitucional n. 95/2016, quando se impôs um teto aos gastos públicos. Aqui esteve um dos grandes desafios da pesquisa: investigar as correlações entre eventuais padrões de reação de mercado, a revelar seus interesses, e as movimentações legislativas decisivas à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional, observando-se a variação dos índices econômicos Ibovespa (variação da bolsa de valores) e a Taxa de Câmbio em marcos específicos ao longo de sua tramitação no Congresso Nacional.

Por um lado, pode-se verificar que um padrão ocorreu forçando-se o Ibovespa para baixo para reforçar a desvalorização das ações no país e o dólar para cima em relação à cotação do real, em momentos nos quais o mercado finan-

ceiro não esteve satisfeito com alguma circunstância da PEC. Por outro lado, analisou-se que a elevação do Ibovespa e a redução da cotação do dólar em relação ao real eram comuns nos marcos temporais em que algum alinhamento refletiu suas boas expectativas com a aprovação da PEC.

Em um apanhado geral, conclui-se por meio dos eventos filtrados durante a tramitação da PEC, assim como os destaques jornalísticos das datas atribuindo ênfase às expectativas e reações do mercado, que não há como negar a existência de reverberações entre os interesses de atores privados na aprovação de medidas de austeridade no Brasil. Mesmo que fossem separados apenas os eventos em que haviam “expectativas” em relação à aprovação da PEC, já seria possível assinalar que, principalmente o índice Ibovespa apresentava-se em um padrão de desvalorização como forma de reação ao desfecho da medida que instituiu teto em relação aos gastos públicos. Tanto é a evidência que em vários momentos as notícias destacavam até mesmo pronunciamentos dos investidores nesse sentido.

Inobstante essas informações – até por não se pretender exaurir a pesquisa a um discurso de certeza e pelo alerta ainda no início do trabalho acerca da dificuldade em se associarem esses dados –, na sucessão de eventos separados para análise, nem todos conclusivamente podem ser relacionados aos desdobramentos da PEC, mesmo porque outros acontecimentos foram impactantes ao comportamento dos investidores no Brasil, conforme restou demonstrado. Contudo, restou claro o padrão de reação pela forçada dos índices econômicos para cima ou para baixo, elucidando o fato de que, afinal, os Estados dominados pelas finanças acabam moldando as legislações e instituições para atender aos interesses econômicos.

Referências bibliográficas

B3, Brasil, Bolsa, Balcão. **Metodologia do Índice Bovespa (Ibovespa)**, 2020. Disponível em: <http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-amplos/ibovespa.htm>. Acesso em 22 jan. 2021.

BLYTH, Mark. **Austeridade: a história de uma ideia perigosa**. Tradução de Freitas e Silva. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/.htm>. Acesso em: 21 jan. 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 95 de 2016**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 21 jan. 2021.

BRASIL. **Conselho Nacional de Saúde**. 2020. Disponível em: <<http://www.conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1044-saude-perdeu-r-20-bilhoes-em-2019-por-causa-da-ec-95-2016>>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. Tesouro Nacional. **Relatório de Riscos Fiscais da União**. 2019. Disponível em: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:31398>. Acesso em: 02 jun. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Parecer da Comissão de Constituição e Justiça**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1479001&filename=PRL+1+CCJC+%3D%3E+PEC+241/2016>. Acesso em 02 jun. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. Disponível em: <<https://legis>>.

senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3878551&ts=1646621236779&disposition=inline>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Tradução de Mario Antunes Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Politeia, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**: Por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo? São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **The crisis of neoliberalism**. London: Harvard University Press, 2011. p. 228.

DWECK, Esther; SILVEIRA, Fernando Gaiger; ROSSI, Pedro. Economia Austeridade e desigualdade social no Brasil. In: ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. **Economia para poucos**: impactos sociais de austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

G1. **Bovespa chega a cair mais de 3% após vitória de Trump nos EUA**, 09/11/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2016/11/bovespa-cotacao-em-9112016.html>>. Acesso em 24 jan. 2021.

G1. **Bovespa fecha em alta e termina julho com avanço de 11%**, 29/07/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2016/07/bovespa-fecha-em-alta-nesta-sexta-feira-29-07-2016.html>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

G1. **Bovespa fecha em baixa nesta quinta, de olho no cenário externo**, 17/11/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com>>.

com/economia/mercados/noticia/2016/11/bovespa-fecha-em-baixa-nesta-quinta-de-olho-no-cenario-externo.html>. Acesso em: 24 jan. 2021.

G1. Bovespa fecha em queda; Vale sobe 6% e limita perdas, 25/10/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2016/10/bovespa-fecha-em-queda-vale-sobe-6-e-limita-perdas.html>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

G1. Bovespa fecha quase estável em dia de tombo das ações da JBS, 26/10/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2016/10/bovespa-fecha-em-queda-em-dia-de-tombo-das-acoes-da-jbs.html>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

G1. Bovespa opera em alta, com expectativas por medidas econômicas, 10/10/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2016/10/bovespa-101016.html>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

G1. Bovespa opera em queda após aprovação do impeachment, 31/08/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2016/08/bovespa-cotacao-de-31-08-16.html?KeepThis=true&TB_iframe=true&height=550&width=850>. Acesso em: 22 jan. 2021.

G1. Bovespa opera em queda nesta terça-feira, em véspera de feriado, 11/10/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2016/10/bovespa-cotacao-de-11-10-16.html>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

G1. Bovespa opera em queda, de olho no cenário político, 05/12/2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/bovespa-cotacao-de-05-12-16.ghtml>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

G1. Bovespa opera instável nessa quinta-feira, 09/08/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/merca>

dos/noticia/2016/09/bovespa-cotacao-de-08-09-16.html>. Acesso em: 22 jan. 2021.

G1. Bovespa oscila com recuo de commodities e cena política no radar, 01/09/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2016/09/bovespa-010916.html>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

G1. Bovespa oscila com recuo de commodities e cena política no radar, 01/09/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2016/09/bovespa-010916.html>>. Acesso em: 29 jan. 2021.

G1. Bovespa sobe nesta quarta, mas fecha novembro em queda de 4,65%, 30/11/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2016/11/bovespa-sobe-nesta-quarta-mas-fecha-novembro-em-queda.html>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

G1. Bovespa sobe nesta quinta-feira e volta aos 64 mil pontos, 27/10/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2016/10/bovespa-cotacao-de-27-10-16.html>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

G1. Bovespa tem dia de sobe e desce, 24/08/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2016/08/bovespa-cotacao-de-24-08-16.html>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

G1. Vale e Petrobras pressionam e Ibovespa recua nesta terça, 29/11/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2016/11/bovespa-291116.html>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

HUDSON, Michael. **Finance Capitalism and its Discontents: interviews and speeches, 2003-2012**. Dresden: Islet Verlag, 2012. p. 186.

IPEA. **Taxa de câmbio comercial**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Exibe_Serie.aspx?serid=38590&module=M>. Acesso em: 22 jan. 2021.

JULIOS-CAMPUZANO, Alfonso de. **Constitucionalismo em tempos de globalização**. Tradução de Jose Luis Bolzan de Moraes e Valéria Ribas do Nascimento. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

JÚNIOR, O. A. B.; MAGALHÃES, T. D.; OLIVEIRA, L. M. M. DE. Liberalismo, desigualdade e direito tributário. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 110, p. 217-272, 2015.

KLEIN, Naomi. **Decir no no basta**. Contra las nuevas políticas del shock por el mundo que queremos. Trad. Ignacio Villaro y Ana Pedrero. Barcelona: Paidós, 2017.

KLEIN, Naomi. **The shock doctrine: the rise of disaster capitalism**. New York: Metropolitan Books, 2007.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, n. 17, v. 37, p. 4-28, 2002. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2192/1812>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

ROMANO, S.; CAMPOS, F. P. L. DE. O Estado moderno e a sua crise. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 122, p. 13-44, 2021.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; ARANTES, Flávio. Economia Política da Austeridade. In: ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. **Economia para poucos: impactos sociais de austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

VALIM, Rafael. **Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo**. São Paulo: Contracorrente, 2017.

VAROUFAKIS, Yanis. **O Minotauro global**: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global. Tradução de Marcela Werneck. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

Recebido em: 15/07/2021

Aprovado em: 07/11/2022

Rafaela Rovani de Linhares
E-mail: rafaelarovani@hotmail.com

Tássia A. Gervasoni
E-mail: tassiagervasoni@gmail.com

